

GAZETA MERCANTIL

Finanças

ACERTO EXTERNO

15 ABR 1988

Mensagem de Mailson fixa limite político para o ajustamento

por Paulo Sotero
de Washington

O ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, disse ontem, em Washington, que "é um erro acreditar" que as políticas de ajustamento e reforma estrutural das economias dos países endividados, que classificou como necessárias, "devam ou possam ser carregadas no início, se se quer montar tais programas num quadro sustentável a médio prazo".

Numa mensagem claramente calculada para fixar os limites políticos da negociação de um programa de ajustamento que o governo brasileiro pretende iniciar com o Fundo Monetário Internacional (FMI), no mês que vem, o ministro da Fazenda afirmou ontem que "tentar persuadir qualquer país a adotar medidas estruturais ou macroeconômicas que possam afetar a distribuição de renda ou reduzir o emprego de modo significativo, num momento em que tal país já enfrenta problemas sociais difíceis, é uma receita extremamente questionável".

"O ritmo do ajustamento não pode ser independente do volume de assistência financeira disponível para aliviar o impacto das medidas de ajustamento", acrescentou.

"SUPERAR RELUTÂNCIA"

Nóbrega tocou num outro ponto relevante da negociação na qual o Brasil está atualmente engajado com seus credores ao conchamar os credores privados da dívida a "superar a relutância" que eles vêm demonstrando em aumentar seu risco (ou seja, conceder novos empréstimos) e partilhar, com os devedores, o desconto sobre a dívida existente.

Reafirmando uma posição de princípio do Brasil, que pelo menos nos discursos oficiais não variou de modo significativo desde a eclosão da crise da dívida, Nóbrega declarou que, apesar do bem-vindo reconhecimento pelo secretário do Tesouro dos EUA, James Baker, em 1985, de que o crescimento nos países em desenvolvimento é uma pré-condição essencial pa-

ra a resolução do problema da dívida e apesar da introdução do menu de opções, a questão central do problema da dívida — ou seja, reativar o crescimento sustentado nas nações devedoras e estabelecer uma relação sustentável entre a conta de juros, de um lado, e as exportações e o potencial do PIB, de outro — ainda não foi resolvida.

Nas declarações que fez aos jornalistas brasileiros, depois da reunião, o ministro foi bem mais conciliatório. Ele chegou mesmo a afirmar que o governo brasileiro concorda com a visão predominante no comitê interino do FMI, que é controlado pelos países credores, de que a abordagem do problema da dívida, caso a caso, é o que melhor serve aos interesses do "sistema".

PROGRAMA

Perguntado por este jornal, o ministro da Fazenda esclareceu recentes declarações que fez sobre os efeitos do crescimento excessivo do saldo comercial do País, reiterando que eles podem trazer efeitos adversos para o controle da dívida pública. Saldos menores, afirmou, sinalizariam uma maior capacidade de importação do País para reequipar seu parque industrial e modernizar a economia. "A questão do saldo comercial está prevista no programa econômico que estamos montando. Mas ela só poderá ser abordada depois que nós resolvermos os problemas do financiamento externo".

Hoje, em Washington, o ministro participa da reunião do comitê de desenvolvimento do Banco Mundial e encontra-se com Alan Greenspan, o presidente do Federal Reserve Board, Fed, o banco central dos EUA). No início da tarde ele viaja para Nova York, onde será o principal orador no seminário sobre "Oportunidades de Investimento no Brasil Através de Operações de Conversão de Dívida", que o Council of The Americas e a Gazeta Mercantil promovem hoje nos salões do Hotel Intercontinental para uma platéia de trezentos executivos de bancos dos EUA e de outros países.